

Antigo plano de estudos	Novo plano de estudos
5.º ano	
Projecto	Projecto I. Projecto II.
Optativa III	Optativa III.
Optativa IV	Optativa IV.
Optativa V	Estruturas V.
Optativa VI	Edificações VI.
Organização e Gestão de Projecto	Organização e Gestão de Projecto.
Economia Urbana	Economia Urbana.

Antigo plano de estudos	Novo plano de estudos
Gestão de Obra	Gestão de Obra.
Optativa VII	Optativa VII.
Optativa VIII	Optativa VIII.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Listagem n.º 86/2005. — Dando cumprimento ao estipulado no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publica-se a lista de adjudicações de obras públicas efectuadas pelo Instituto Politécnico de Bragança durante o ano de 2004:

Objectivo e natureza dos trabalhos	Forma processual	Valor em euros (sem IVA)	Entidade adjudicatária
Adaptação da adega da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico da Bragança a Gabinete Técnico.	Ajuste directo	13 436,90	Horácio Crisóstemo, Const., L. ^{da}
Adaptação de espaço a sala de videoconferência na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPB.	Ajuste directo	11 455,39	Abel Luís Nogueiro & Irmãos, L. ^{da}
Iluminação, cablagem de vídeo e som na sala de videoconferência da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPB.	Ajuste directo	10 129,22	JG Instalações Eléctricas, L. ^{da}
Reconversão de uma sala junto ao bar na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPB.	Concurso limitado sem apresentação de candidatura.	36 819,38	Fernando Pessoa Const., L. ^{da}
Trabalhos acessórios no corredor e estores na sala técnica da Escola Superior de Saúde do IPB.	Ajuste directo	4 870,24	Fernando Pessoa Const., L. ^{da}
Corredor pedonal no acesso à Escola Superior de Educação do IPB	Ajuste directo	3 860,82	Abel Luís Nogueiro & Irmãos, L. ^{da}
Construção de tanque de apoio às artes na Escola Superior de Educação do IPB.	Ajuste directo	2 000	Abel Luís Nogueiro & Irmãos, L. ^{da}
Trabalhos acessórios de iluminação e cablagem estruturada de acordo com especificação da FCCN na sala de videoconferência na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPB.	Ajuste directo	3 399,50	JG Instalações Eléctricas, L. ^{da}
Climatização da sala junto ao bar na Escola Superior de Saúde do IPB.	Ajuste directo	9 320	VENTARCO, L. ^{da}

28 de Fevereiro de 2005. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível.*)

Serviços de Acção Social

Despacho n.º 7331/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Março de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança:

Oswaldo Adérito Régua — autorizada a renovação da comissão de serviço como administrador dos serviços de acção social do Instituto Politécnico de Bragança, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

18 de Março de 2005. — O Administrador dos Serviços de Acção Social, *Oswaldo Adérito Régua.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 3657/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, e 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despacho de 28 de Dezembro de 2004 do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de ingresso para recrutamento de um técnico de informática-adjunto de nível 3, da carreira de técnico de informática, para a área funcional de engenharia de *software*, em regime de contrato administrativo de provimento ou comissão de serviço extraordinária para o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar indicado, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, 248/85, de 15 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, 307/87, de 6 de Agosto, 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 97/2001, de 26 de Março, Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril, e despacho n.º 338/2004 (2.ª série), de 3 de Dezembro de 2003, do Ministério da Ciência e do Ensino Superior publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Janeiro de 2004.

4 — O conteúdo funcional do lugar posto a concurso é genericamente o especificado na alínea b) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

5 — Vencimento, local e condições de trabalho:

5.1 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente previstas para os funcionários da administração pública central, sendo o vencimento fixado nos termos do mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

5.2 — O local de trabalho é na cidade de Castelo Branco.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso poderão ser opositores ao concurso candidatos vinculados à função pública que satisfaçam os requisitos gerais para o provimento em funções públicas, a que se refere o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os requisitos especiais constantes da alínea c) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- Avaliação curricular;
- Prova de conhecimentos gerais;
- Entrevista profissional de selecção, caso o júri entenda ser necessária.

7.1 — Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, considerando e ponderando, de acordo com as exigências das funções, os factores habilitações académicas de base, formação profissional, experiência profissional e, se o júri o entender, classificação de serviço.

7.1.1 — A avaliação curricular tem carácter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

7.1.2 — Constituem condições de preferência:

- Experiência profissional no ensino superior;
- Frequência de acções de formação complementar específica para as carreiras de informática, ministradas pelas entidades previstas no n.º 10.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

7.2 — Prova de conhecimentos gerais — visa avaliar o nível dos conhecimentos académicos e ou profissionais dos candidatos.

7.2.1 — A prova de conhecimentos gerais a realizar é escrita, de natureza teórica, com a duração de duas horas, valorada de 0 a 20 valores e versará os temas constantes do programa aprovado pelo despacho n.º 13 381/99, do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 14 de Julho de 1999.